





Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Básica  
Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica  
Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica

---

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

DIRETORIA DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marta Wendel Abramo

Luciana da Silva Castro

COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Janaina Ferreira Ma

EQUIPE TÉCNICA

Maria Aparecida da Silva Prado

CHEFE DE PROJETO

Mauro Lucio de Barros

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: MEC, 2023.

## Sumário

Apresentação.....	4
1. Delimitação do problema, desenho da política e modelo lógico .....	5
1.1. O Diagnóstico do Problema.....	7
1.2. O Desenho do Compromisso: premissas, objetivos e estratégias.....	12
1.3. O Modelo Lógico do Compromisso .....	15
2. Metodologia de Monitoramento e Avaliação do Compromisso .....	20
2.1. Concepção e Escopo do Monitoramento .....	21
2.2. Destinatários e usuários das informações.....	21
2.3. Indicadores de Monitoramento .....	21
2.4. A Avaliação do Compromisso .....	25
3. Produtos do Monitoramento e Avaliação .....	28
4. Conclusão .....	30
Referências .....	32

## Apresentação

Em 2023, o governo federal instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Compromisso)<sup>1</sup>, tendo como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, estabelecendo dentre os seus princípios, a promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, a colaboração entre os entes federativos e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios.

Uma vez que compete ao Ministério da Educação (MEC) a coordenação estratégica das políticas, dos programas e das ações decorrentes do Compromisso, essa atividade de coordenação estratégica pressupõe a capacidade de monitorar e avaliar a implementação do Compromisso, por meio de evidências diversas, seguras e confiáveis que possibilitem aos gestores do programa identificar êxitos e eventual necessidade de ajustes e redesenho das estratégias durante toda a sua implementação.

O presente Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma ação da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por meio de sua Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica (Dimam)/Coordenação-Geral de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica (CGMA). Seu objetivo é balizar a construção de uma metodologia de monitoramento e avaliação, que possibilite a sistematização de dados e o provimento de informações relevantes e tempestivas, que subsidiem os órgãos gestores nas tomadas de decisão e deliberação inerentes às ações do Compromisso.

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas, tradicionalmente, estão inseridos na noção de ciclo de políticas públicas, composto por uma série de etapas que varia em maior ou menor nível de detalhamento, e que inclui em geral, a agenda, o desenho ou formulação da política, a implementação, o monitoramento e a avaliação. Neste contexto, a depender dos seus objetivos e do momento da sua execução, as abordagens avaliativas são caracterizadas como *ex-ante* ou *ex-post*. Em tese, a análise *ex-ante*, realizada previamente à fase de formulação da política, permite que a tomada de decisão recaia sobre a alternativa mais eficiente, eficaz e efetiva, e seja orientada por critérios mais claros, transparentes e racionais, posto que baseadas em análises técnicas mais robustas. Já a análise *ex-post*, realizada normalmente após um período de implementação, ocupa-se dos objetivos e dos resultados alcançados, se interessa pelas lições aprendidas, e fornece elementos que podem determinar a continuidade, a descontinuação ou possibilidade de reformulação e revisão (BRASIL, 2018a).

---

<sup>1</sup> Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Tendo em vista que o desenho do Compromisso teve início com o novo governo, empossado em 2023, foi possível valer-se de uma análise *ex-ante*, que incluiu o diagnóstico do problema da alfabetização de crianças no Brasil, a caracterização da política e o seu desenho, incluindo suas premissas e objetivos e as estratégias a serem adotadas pelo Ministério da Educação. Além disso, foi construído o modelo lógico do programa. Os resultados desta análise são apresentados na Seção 1 deste documento. Na seção 2, aborda-se a metodologia proposta para o monitoramento e avaliação do Compromisso. Na seção 3, são apresentados os principais produtos a serem entregues, seguida de uma breve conclusão, que encerra o documento.

Cabe destacar que, para a construção deste Plano, foram tomados como referencial metodológico sobre o processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas no governo federal, os Guias Práticos de Análise *ex-ante* e de análise *ex-post* (BRASIL, 2018a; BRASIL 2018b), por tratarem-se de guias recomendados para utilização por todos os órgãos, fundos, autarquias e fundações do governo federal, também utilizados pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) do Ministério da Economia.

## **1. Delimitação do problema, desenho da política e modelo lógico**

A erradicação do analfabetismo é um dos objetivos previstos no artigo 214 da Constituição Federal, que deverá ser perseguido por meio do estabelecimento de um Plano Nacional de Educação (PNE), capaz de articular um sistema nacional de educação, em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias para sua implementação.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é proposto no penúltimo ano de vigência do PNE, instituído pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024, que definiu em sua Meta 5, “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014).

Conforme determinação da Lei 13.005/2014, foi destinada ao Inep, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, também responsável pela avaliação da educação básica, publicar, a cada dois anos, estudos para aferir o cumprimento das metas estabelecidas no PNE. Para operacionalizar o monitoramento da meta 5, no âmbito do PNE 2014, o Inep utilizou dois exames distintos ao longo do tempo: a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada a estudantes do 3º ano, em 2014 e em 2016, e a avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicada em 2019, conforme detalhado no Quadro 1.

**QUADRO 1**

**AVALIAÇÕES E INDICADORES UTILIZADOS PARA O MONITORAMENTO DA META 5 DO PNE 2014**

Ano de publicação do Relatório de Monitoramento	Avaliação utilizada	Indicadores utilizados	Quantidade de níveis da escala de proficiência
2016	ANA 2014	Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 3º ano do EF em Leitura	4 níveis
2018	ANA 2016	Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 3º ano do EF em Escrita	5 níveis
2020 <sup>1</sup>	ANA 2016	Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 3º ano do EF em Matemática	4 níveis
2022	SAEB 2019	Percentual de estudantes alfabetizados até o 2º ano do EF em Língua Portuguesa	8 níveis <sup>3</sup>
2024 <sup>2</sup>	SAEB 2021	Percentual de estudantes alfabetizados até o 2º ano do EF em Matemática	

Fonte: Elaboração própria (CGMA/DIMAM/SEB).

<sup>1</sup> Os resultados do monitoramento da meta 5, apresentados em 2020, foram os mesmos apresentados em 2018, com base na ANA 2016, tendo em vista que a ANA foi descontinuada em 2017 e, portanto, não houve a aplicação prevista para 2018.

<sup>2</sup> Embora o relatório do último ciclo de monitoramento do PNE 2014 ainda não tenha sido publicado, os resultados do SAEB 2021 já estão disponíveis.

<sup>3</sup> Além dos 8 níveis da escala de proficiência do SAEB, utiliza-se a classificação “Abaixo de 1”, para alocar os estudantes com baixa probabilidade (menor que 65%) de dominar as habilidades medidas por meio dos testes.

Cabe esclarecer que não é possível acompanhar a série histórica do decênio, já que os resultados obtidos pelos diferentes exames não são comparáveis, pois possuem matrizes de referência e escalas distintas e foram aplicados para anos escolares diferentes (a ANA ao final do 3º ano e o SAEB ao final do 2º ano do EF). Além disso, não houve aplicação de exame em 2018.

Em relação ao ano escolar adequado para avaliação do nível de alfabetização das crianças, observa-se que, embora o PNE 2014 tenha estabelecido como meta, a alfabetização até, no máximo, o final do 3º ano, o encerramento da ANA, e a consequente aplicação do SAEB para o 2º ano, refletem a mudança institucional ocorrida neste entendimento a partir da publicação da Resolução nº 2, publicada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 22 de dezembro de 2017. Tal resolução, ao instituir e orientar a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim estabeleceu em relação à alfabetização:

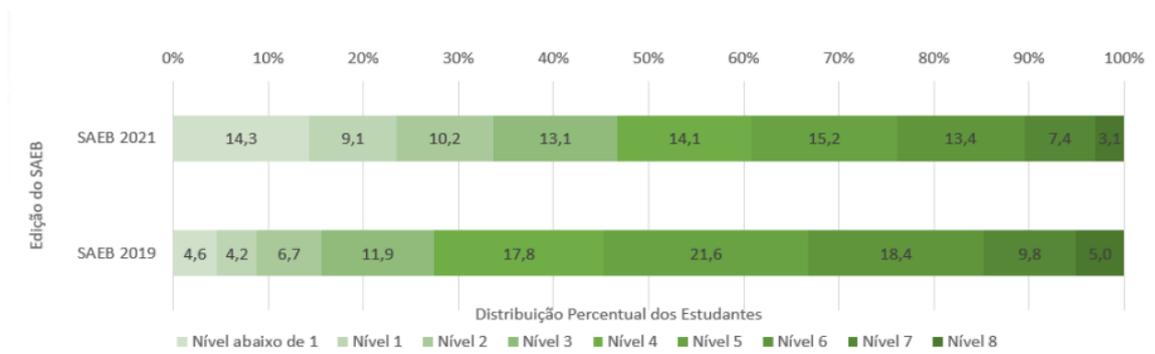
Art. 12. Para atender o disposto no inciso I do artigo 32 da LDB, no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas (BRASIL, 2017).

A partir desse novo normativo e da regulamentação da Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica (BRASIL, 2018), houve a reformulação das matrizes do SAEB, para alinhamento à BNCC, institucionalizando o uso dos resultados das provas de Língua Portuguesa

e Matemática, aplicadas aos estudantes do 2º ano do EF, para o monitoramento da meta 5. Diante do exposto, tanto a delimitação do problema quanto o desenho da Compromisso foram feitos a partir da análise dos resultados do SAEB 2º ano, nas edições de 2019 e 2021.

### 1.1. O Diagnóstico do Problema

O cenário revelado pelos resultados comparados das edições 2019 e 2021 do SAEB aponta para as dificuldades do processo de alfabetização das crianças até o final do 2º ano e para a necessidade de urgência no seu enfrentamento. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos estudantes, por níveis da escala de proficiência do SAEB, em Língua Portuguesa, no 2º ano do EF, para as duas edições.



**GRÁFICO 1**  
**COMPARATIVO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEIS DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA NO SAEB EM LÍNGUA PORTUGUESA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019/2021**

Fonte: Apresentação dos Resultados do SAEB 2021 (BRASIL, Inep, 2022a).

Como não há a definição do ponto em que a criança é considerada alfabetizada, algumas interpretações, feitas com base na descrição dos diversos níveis da escala de proficiência são apresentadas no Quadro 2.

**QUADRO 2**  
**INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS COM BASE NOS NÍVEIS DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA NO SAEB EM**  
**LÍNGUA PORTUGUESA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019/2021**

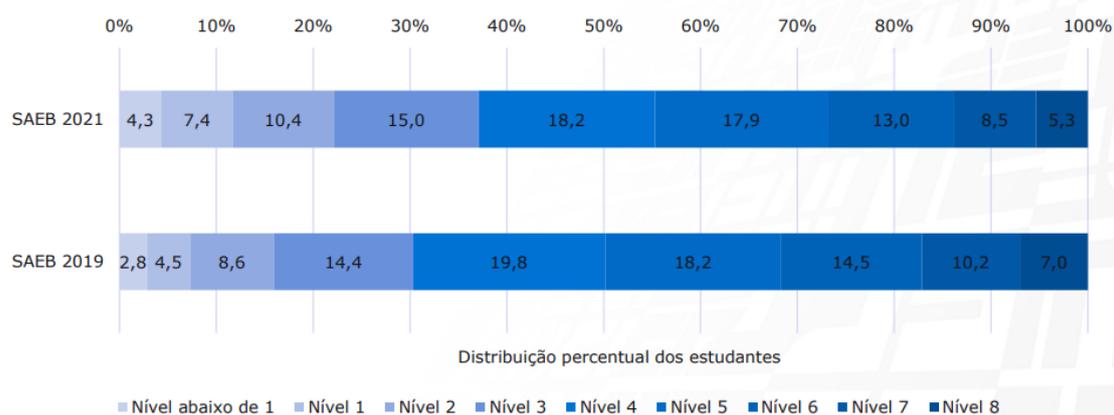
Níveis da escala	2019	2021	Interpretação
Abaixo de 1	4,6%	14,3%	Baixa probabilidade de dominar as habilidades aferidas no teste, desde as mais básicas, como relacionar sons consonantais com regularidades diretas aos seus registros escritos em início de palavra ditada.
Níveis 1 e 2	10,9%	19,3%	Provavelmente leem palavras com correspondências regulares entre letras e fonemas, com diferentes padrões silábicos.
Nível 3	11,9%	13,1%	Provavelmente leem frases e escrevem alfabeticamente palavras.
Nível 4	17,8%	14,1%	Provavelmente escrevem palavras com regularidades diretas e texto, com desvios de segmentação e de grafia que podem comprometer a compreensão.
Níveis 5 a 8	54,8%	39,1%	Provavelmente leem textos e escrevem palavras ortograficamente.

Fonte: Elaboração própria, com base na Apresentação dos Resultados do SAEB 2021 (BRASIL, Inep, 2022a).

Os resultados de 2019 indicam que 4,6% das crianças brasileiras alcançaram o final do 2º ano do EF sem dominar habilidades básicas aferidas pelo teste de língua portuguesa (abaixo do nível 1). Por outro lado, pouco mais da metade das crianças (54,8%) concluíram esta etapa, provavelmente lendo textos e escrevendo palavras ortograficamente, embora apenas 5% tenham alcançado o nível 8, o mais alto da escala.

Os resultados de 2021 refletem os impactos da pandemia da Covid 2019, que afetou profundamente os sistemas escolares em todo o mundo. Observa-se que a concentração de crianças abaixo do nível 1 atinge o patamar de 14,3%, superando o percentual de estudantes nos níveis 3 ou 4. De modo geral, apesar da maior concentração continuar no nível 5, em 2021, os percentuais ampliam os níveis mais baixos da escala (de 1 a 3) em detrimento dos níveis médios e mais altos (4 a 8).

Em resumo, pode-se dizer que, em 2021, provavelmente, em torno de 60% das crianças que concluíram o 2º ano do EF, ainda não eram capazes de ler textos com autonomia. No que se refere às aprendizagens em Matemática, o cenário mostra tendência similar na comparação entre 2019 e 2021, embora mais discreta em relação aos resultados de Língua Portuguesa (Gráfico 2).



**GRÁFICO 2**  
**COMPARATIVO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEIS DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA NO SAEB EM MATEMÁTICA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019/2021**

Fonte: Apresentação dos Resultados do SAEB 2021 (BRASIL, Inep, 2022a).

De maneira análoga, algumas interpretações são feitas com base na descrição dos diversos níveis da escala de proficiência em Matemática e apresentadas no Quadro 3.

**QUADRO 3**  
**INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS COM BASE NOS NÍVEIS DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA NO SAEB EM MATEMÁTICA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019/2021**

Níveis da escala	2019	2021	Interpretação
Abaixo de 1	2,8%	4,3%	Baixa probabilidade de dominar as habilidades aferidas no teste, desde as mais básicas, como associar números à sua representação por algarismos.
Níveis 1 e 2	13,1%	17,8%	Provavelmente associam a denominação de um número à sua representação por algarismos, mas não resolvem problemas do campo aditivo.
Nível 3	14,4%	15%	Provavelmente associam a representação por algarismos de um número de duas ordens à sua escrita por extenso, resolvem problemas do campo aditivo com números de uma ordem e conseguem relacionar algumas grandezas e medidas como valor monetário menor que 10 a cédulas.
Nível 4	19,8%	18,2%	Provavelmente associam a denominação de um número de três ordens que tem um zero intercalado à sua representação por algarismos, resolvem problemas do campo aditivo com números de duas ordens e identificam a frequência de uma das categorias em um gráfico de colunas simples.
Níveis 5 a 8	49,9%	44,7%	Provavelmente calculam o resultado da subtração de um número de três ordens por outro de duas ordens em uma conta armada que não envolve reagrupamento e resolvem problemas do campo multiplicativo.

Fonte: Elaboração própria, com base na Apresentação dos Resultados do SAEB 2021 (BRASIL, Inep, 2022a).

Os resultados de 2019 indicam que apenas 2,8% das crianças brasileiras alcançaram o final do 2º ano do EF sem dominar habilidades básicas aferidas pelo teste de matemática (abaixo do nível 1). Por outro lado, quase metade das crianças (49,9%) concluíram esta etapa,

provavelmente resolvendo problemas do campo multiplicativo, embora apenas 7% tenham alcançado o nível mais alto da escala.

Os resultados de 2021 mostram que a concentração de crianças abaixo do nível 1 cresceu um pouco (4,3%), porém mais discretamente do que em Língua Portuguesa. Assim como em 2019, a maior concentração ocorreu no nível 4 da escala, embora os percentuais nos níveis da metade inferior da escala (1 a 4) tenham aumentado em 2021, com queda dos níveis mais altos (5 a 8).

Em resumo, é provável que, em 2021, em torno de 55% das crianças tenham concluído o 2º ano do EF, sem capacidade de resolver problemas mais básicos do campo multiplicativo.

#### 1.1.1. A definição do que é uma criança alfabetizada

Em abril de 2023, o Inep deu início à pesquisa intitulada Alfabetiza Brasil, com os objetivos de: 1) compreender, em termos qualitativos, quais as características de um aluno alfabetizado; 2) estabelecer critérios avaliativos para a alfabetização dos estudantes brasileiros; e 3) proporcionar subsídios para o planejamento e execução de políticas educacionais voltadas à alfabetização, tais como o Compromisso (BRASIL, 2023).

De acordo com as divulgações feitas pelo Inep, a pesquisa foi feita em duas fases. Na primeira, foi adotado um método de análise por juízes, denominado Angoff, por meio do qual um grupo de 251 professoras alfabetizadoras, representantes de todos os estados e regiões do país, fez a análise de tarefas similares àquelas do Saeb 2º ano do ensino fundamental e, a partir dessa análise, cada “juiz” respondeu, com base em suas experiências e em seus conhecimentos, se estudantes alfabetizados seriam capazes de realizar as tarefas apresentadas (BRASIL, 2023).

Na segunda fase, os resultados da pesquisa foram analisados, junto a outras evidências (como parâmetros psicométricos, matriz e escala de avaliação), por um painel de especialistas, que fez a análise de tarefas similares àquelas que foram apresentadas às professoras, indicado se estudantes alfabetizados seriam capazes de realizar as tarefas apresentadas. O painel contou com a participação de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime), professoras alfabetizadoras (que estiveram na primeira parte da pesquisa), pesquisadores de destaque na área da alfabetização e representantes da Comissão Assessora do Inep (BRASIL, 2023).

Os resultados da pesquisa foram apresentados pelo Inep, em maio de 2023 e, de acordo com o Instituto, “levou à definição de um padrão associado a habilidades básicas de leitura e de escrita que foram desenvolvidas por um estudante alfabetizado, próximo do que é, hoje, estabelecido pelos sistemas de avaliação de estados e municípios” (BRASIL, 2023).

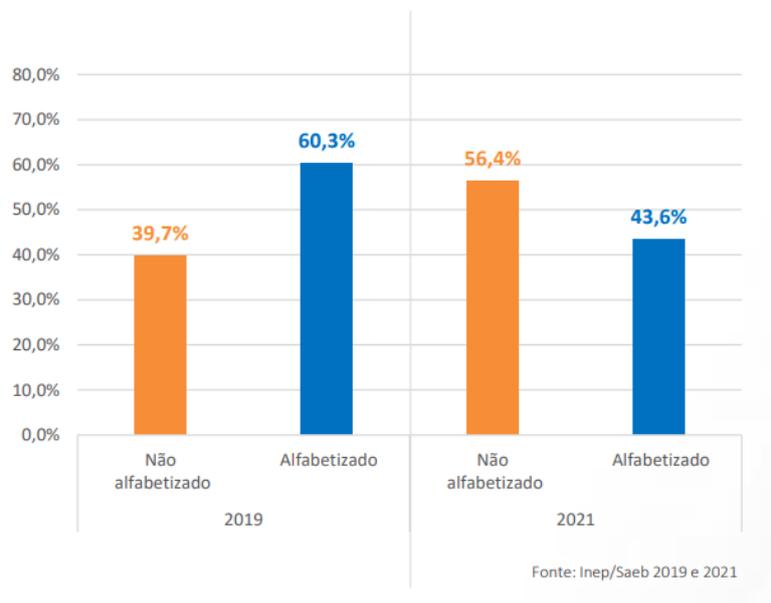
A partir dos resultados, foi determinado o ponto de corte “743”, como aquele que indica o estudante alfabetizado na escala do Saeb, assim definido pelo Inep.

**“ESTUDANTE ALFABETIZADO (743)**

Os estudantes estão alfabetizados. Leem pequenos textos, formados por períodos curtos e localizam informações na superfície textual. Produzem inferências básicas com base na articulação entre texto verbal e não verbal, como em tirinhas e histórias em quadrinhos. Escrevem, ainda, com desvios ortográficos, textos que circulam na vida cotidiana para fins de uma comunicação simples: convidar, lembrar algo, por exemplo. Os estudantes são leitores/escritores iniciantes, que interagem de forma mais autônoma principalmente com textos que circulam na vida cotidiana e no campo artístico literário, em práticas de leitura e de escrita características do letramento escolar” (BRASIL, 2023).

A definição do padrão que condiz com uma criança alfabetizada e, conseqüentemente, do respectivo ponto de corte na escala do SAEB, inaugura no Brasil a possibilidade de avaliar o sucesso no processo de alfabetização das crianças ao final do 2º ano, trazendo inúmeras vantagens para o processo avaliativo.

Do ponto de vista do diagnóstico, o Inep apresentou alguns dados consolidados do Brasil, para os anos de 2019 e 2021, a partir da nota de corte definida, conforme Gráfico 3.



**GRÁFICO 3**  
**COMPARATIVO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES CONSIDERADOS ALFABETIZADOS (NOTA DE CORTE 743) NO SAEB EM LÍNGUA PORTUGUESA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2019/2021**

Fonte: Apresentação dos Resultados da Pesquisa Alfabetiza Brasil (BRASIL, Inep, 2023).

Esses resultados, divulgados preliminarmente<sup>2</sup>, permitem identificar que, em 2019, aproximadamente 40% dos estudantes não foram alfabetizados até o final do 2º ano, enquanto, em 2021, o percentual de crianças não alfabetizadas aumentou para 56,4%. Tais resultados reafirmam os desafios que o Brasil tem a enfrentar para a alfabetização de todas as suas crianças, bem como a necessidade de recuperação de aprendizagem das crianças impactadas pela pandemia da Covid 2019.

## 1.2. O Desenho do Compromisso: premissas, objetivos e estratégias

O desenho do compromisso foi construído no período de janeiro a maio de 2023 e envolveu as equipes das quatro diretorias da SEB/MEC, a saber: Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica (DPDI); Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação (Difor); Diretoria de Apoio à Gestão Educacional (Dage); e esta Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica (Dimam). Também participaram das discussões a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), a Secretaria Executiva do MEC e a Casa Civil da Presidência da República.

Em 5 de abril de 2023, a proposta preliminar do Compromisso foi apresentada ao Consed e contou com a participação de secretários de Educação de todos os estados<sup>3</sup>. Em 10 de abril de 2023, a proposta foi discutida junto a representantes da Undime<sup>4</sup>. O Consed e a Undime tiveram prazo para analisar a proposta preliminar e encaminhar ao MEC suas análises e sugestões. Após esta etapa, o Compromisso continuou sendo apresentado em reuniões técnicas e seminários diversos. Dentre eles, cabe citar a reunião técnica realizada nos dias 10 e 11 de maio de 2023, com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e com a Associação Brasileira de Alfabetização (Abalf).

Em 12 de junho de 2023, o Compromisso foi instituído, com a publicação do Decreto nº 11.556/2023, tomando como base os princípios a seguir:

- I - a colaboração entre os entes federativos, observado o disposto no art. 211 da Constituição;
- II - o fortalecimento das formas de cooperação previstas no inciso II do caput do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III - a garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;

<sup>2</sup> Assim que os microdados do SAEB 2019 e 2021 forem republicados, a partir da nova definição, os resultados poderão ser consolidados por outros níveis de agregação.

<sup>3</sup> <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-inicia-debates-sobre-reestruturacao-da-politica-de-alfabetizacao>

<sup>4</sup> <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-e-undime-debater-politica-de-alfabetizacao>

- IV - a promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
- V - o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- VI - o respeito à liberdade, a promoção da tolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade;
- VII - a valorização e o compromisso com a diversidade étnico-racial e regional;
- VIII - o respeito à autonomia pedagógica do professor e das instituições de ensino; e
- IX - a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (Decreto 11.556/2023, art. 3º).

Os seguintes objetivos foram estabelecidos:

- I - implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental; e
- II - promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (Decreto 11.556/2023, art. 5º).

Para a implementação do Compromisso, foi estabelecido um conjunto de três estratégias, a serem adotadas pelo Ministério da Educação:

- I - fortalecimento do regime de colaboração, com vistas a promover a articulação entre os entes federativos e os seus sistemas de ensino na realização das políticas, dos programas e das ações estabelecidas no âmbito do Compromisso;
- II - articulação entre os sistemas de avaliação da aprendizagem da educação básica, para o apoio à tomada de decisões de gestão no âmbito da rede de ensino, da escola e do processo de ensino-aprendizagem, e disponibilização de instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem dos estudantes; e
- III - assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares, para a disponibilização de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e para a melhoria da infraestrutura escolar (Decreto 11.556/2023, art. 11).

Prevê-se ainda que tais estratégias de implementação devem ser operacionalizadas por meio de políticas, programas e ações integradas em cinco eixos estruturantes, a saber:

- I - governança e gestão da política de alfabetização;
- II - formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar;
- III - melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos;
- IV - sistemas de avaliação; e
- V - reconhecimento e compartilhamento de boas práticas (Decreto 11.556/2023, art. 12).

As ações que integram cada um dos eixos estruturantes são consolidadas no Quadro 4 a seguir:

**QUADRO 4**  
**AÇÕES POR EIXO ESTRUTURANTE DO COMPROMISSO**

<b>Eixos</b>	<b>Ações</b>
Governança e Gestão da Política de Alfabetização	Adesão ao Compromisso
	Formação do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso (Cenac).
	Elaboração de Planos de Ação dos entes federativos para a implementação de políticas, programas e ações no âmbito do Compromisso.
	Realização de reuniões semestrais do Cenac.
	Aprovação do Regimento Interno do Cenac.
	Instituição do Comitê Estratégico Estadual do Compromisso (Ceec).
	Instituição da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa).
	<b>Território Estadual</b> - 27 articuladores de gestão e formação do território estadual ou distrital – indicados pelas secretarias estaduais. - 27 articuladores de gestão, formação e mobilização das redes municipais – indicados pelas representações da Undime de cada Estado.
	<b>Unidades Descentralizadas de Gestão Educacional dos sistemas estaduais (quando houver)</b> - articuladores de gestão do território regional - indicados pelas secretarias estaduais. - articuladores de formação do território regional - indicados pelas secretarias estaduais.
<b>Território Municipal</b> - 5.570 articuladores municipais de gestão e formação.	
Elaboração de Políticas de Alfabetização, conforme orientações elaboradas pelo MEC.	
Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar	Elaborar diretrizes e orientações para estruturação e implementação de ações de formação como foco em: melhoria das práticas pedagógicas e melhoria da gestão escolar. Destinadas a gestores educacionais e professores Etapa: Educação infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental
	Oferta de assistência técnica para estruturação e implementação de ações de formação.
	Oferta de assistência financeira para estruturação e implementação de ações de formação.
Melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica	<b>Melhoria e expansão da infraestrutura física</b> - projetos de manutenção, reforma e ampliação no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR e do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.
	<b>Melhoria da infraestrutura pedagógica das escolas</b> - disponibilização de materiais didáticos suplementares destinados a atender aos objetivos do Compromisso, nos termos do disposto no art. 24 do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, observada a pluralidade de métodos pedagógicos; - disponibilização de recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pelas redes de ensino para a implementação dos programas de alfabetização; e - instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes.
Sistemas de avaliação	Avaliação periódica de leitura, realizada pelas escolas e liderada pelas redes municipais e estaduais de ensino, com apoio do Ministério da Educação;

	Avaliação periódica de língua portuguesa e matemática, realizada pelas escolas e coordenada pelas redes municipais e estaduais de ensino, com apoio do Ministério da Educação;
	Avaliação estadual anual de língua portuguesa e matemática, realizada pelas redes municipais e estaduais de ensino, integradas em sistemas estaduais de avaliação; e
	Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas	Desenvolvimento de estratégias para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização, desenvolvidas por: I - professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; II - equipes gestoras das escolas de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; e III - secretarias municipais e estaduais de educação, ou órgão equivalente.

Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto 11.556 de 12 de junho de 2023 (BRASIL, 2023).

Além das ações estruturadas nos cinco eixos, o Compromisso prevê ainda o desenvolvimento de estratégias e prazos para a implementação de ações complementares que garantam o direito à alfabetização das populações específicas, observadas as modalidades previstas na Lei nº 9.394, de 1996 e que incluem: I - educação de jovens e adultos; II - educação especial; III - educação bilíngue de surdos; IV - educação do campo; V - educação escolar indígena; e VI - educação escolar quilombola.

As ações incluem, além das específicas, aquela já contempladas no rol de ações presentes no Compromisso: I - a assistência técnica da União para a formação de profissionais da educação; II - a disponibilização de materiais didáticos; e III - a realização de avaliações educacionais.

Por fim, cabe destacar que o Compromisso estabelece a adoção de critérios, que devem nortear as ações de assistência técnica e financeira por parte da União, incluindo: a proporção de crianças não alfabetizadas; as características socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero; e a presença de crianças que compõem o público-alvo da educação especial inclusiva. Tais critérios implicam que, em caso de insuficiência de recursos, por parte da União, para atendimento a toda a população-alvo da política, tais critérios devem ser considerados na distribuição dos recursos disponíveis.

### 1.3. O Modelo Lógico do Compromisso

Nesta seção, será apresentado o modelo lógico do Compromisso, construído com o objetivo de tornar mais claras as estratégias de monitoramento e avaliação que serão adotadas ao longo de sua implementação. A construção do modelo lógico, tal como apontado pela literatura adotada, é um passo a passo estruturado para demonstrar como recursos e atividades geram produtos, resultados e seus respectivos impactos. Busca-se, com isso, demonstrar a

racionalidade existente na conexão entre as atividades propostas por meio da política e os objetivos que se pretende atingir, ou seja, como a intervenção atua para solucionar o problema diagnosticado.

O modelo lógico é composto dos seguintes elementos: insumos, atividades, produtos, impactos e resultados. Os insumos são os recursos necessários para a sua execução, e podem ser financeiros, humanos, normativos, políticos ou quaisquer outros elementos necessários para a execução da política. As atividades são as ações e os serviços realizados sob o escopo da política, podendo ser diretas, quando direcionadas aos beneficiários da política ou indiretas, quando necessárias à realização da política. A cada atividade deve corresponder os insumos necessários à sua realização. Os produtos são os resultados entregues com a execução das atividades. Já os resultados são mudanças observadas no curto prazo sobre indivíduos, grupos ou instituições, como resultado da intervenção realizada. Os resultados devem ser observáveis e mensuráveis, por serem os efeitos diretos da intervenção sobre os beneficiários. Por fim, os impactos de uma política são mudanças de mais longo prazo promovidas sobre o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo no qual se inserem (BRASIL, 2018a).

**QUADRO 5**  
**MODELO LÓGICO DO COMPROMISSO**

Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos
Diagnóstico do problema de alfabetização de crianças ao final do 2º ano do ensino fundamental.	Reuniões do MEC para desenhar um programa de intervenção e pactuação com a Casa Civil e Presidência da República.	Minuta de ato normativo elaborada e publicada (Decreto 11.556/2023).	Nova política de alfabetização no MEC.	Melhoria dos resultados de alfabetização de crianças ao final do 2º ano do ensino fundamental.
Existência de uma Coordenação-Geral de Alfabetização/DPDI na estrutura do MEC (recursos humanos qualificados e voltados especificamente à política de alfabetização).	Elaboração de documentos orientadores para o desenvolvimento de políticas de alfabetização pelos entes federados.	Orientações para a elaboração de Políticas de Alfabetização pelos entes federados, com foco em políticas estaduais aplicáveis aos municípios que compõem os estados.	Políticas de Alfabetização de estruturadas pelos estados em conformidade com orientações nacionais e aplicáveis às redes municipais.	Melhoria das políticas estaduais, com compromisso dos estados com a qualidade da alfabetização ofertada pelas redes municipais presentes em seu território.
Existência de uma Coordenação-Geral de Alfabetização/DPDI na estrutura do MEC com suporte da STIC.	Desenvolvimento de sistema para adesão dos entes e registro dos seus planos de ações no âmbito do Compromisso.	Módulos do SIMEC desenvolvidos com funcionalidades específicas para a execução do programa.	Registro de políticas e planos de ações de forma estruturada.	Organização e segurança dos dados e informações provenientes dos entes no âmbito do Compromisso, favorecendo o seu

				uso e monitoramento.
Existência de uma Coordenação-Geral de Alfabetização/DPDI na estrutura do MEC com suporte de Assessoria de Comunicação - ASCOM do MEC.	Elaboração e manutenção dos conteúdos comunicacionais do programa.	Página específica para o programa no portal do MEC.	Informações sobre o programa disponíveis para os entes, de forma segura e organizada.	Transparência na comunicação com os entes federados, de maneira clara, objetiva e sem ruídos.
Ministro de Estado da Educação, Gabinete do MEC e Secretaria Executiva adotando o Compromisso como prioridade.	Ações políticas de mobilização de todos os entes federados para adesão ao Compromisso e Formação do Comitê Estratégico Nacional do Compromisso (Cenac).	Adesão dos entes, realização de reuniões semestrais do Cenac e definição do seu regimento interno.	Entes federados mobilizados e engajados com o alcance dos resultados de alfabetização de todas as redes (estaduais e/ou municipais).	MEC, secretarias de educação estaduais e municipais atuando efetivamente em regime de colaboração.
MEC, Estados, DF e municípios mobilizados e engajados com o Compromisso.	Reuniões entre MEC, Estados, DF e respectivas regionais, municípios e/ou regiões administrativas para atuação em rede.	Instituição do Comitê Estratégico Estadual do Compromisso (Ceec).  Instituição da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa).	Atuação em rede coordenada pelo MEC.	Secretarias de Educação estaduais e municipais atuando de forma orgânica e estruturada, facilitando a troca de experiências e informações no âmbito do Compromisso.
Existência de uma Diferencial na estrutura do MEC (recursos humanos qualificados e voltados especificamente às políticas de formação de profissionais da educação) e disponibilidade de recursos financeiros para ações de formação.	Elaboração de documentos orientadores para a estruturação e implementação de ações de formação com foco em melhoria das práticas pedagógicas e melhoria da gestão escolar.	Orientações para a elaboração de ações de formação pelos entes federados, com foco em ações estaduais aplicáveis aos municípios que compõem os estados.	Ações de formação de professores(as) e gestores(as) escolares estruturadas pelos estados em conformidade com orientações nacionais e aplicáveis às redes municipais.	Melhoria das ações de formação, com compromisso dos estados com a qualidade da formação de professores(as) alfabetizadores(as) ofertada pelas redes municipais presentes em seu território.
	Desenvolvimento de sistema para formação de articuladores de gestão e formação no âmbito do Compromisso e gestão da rede.	AVAMEC disponível para formação de articuladores de gestão e formação no âmbito do Compromisso e gestão da rede.	Ações de formação de articuladores de gestão e formação em rede, coordenada pelo MEC.	Garantia da qualidade das ações de formação de articuladores de gestão e formação e da gestão e governança da rede.
Existência de uma DAGE na estrutura do MEC e disponibilidade de recursos financeiros para infraestrutura física.	Definição de processos no âmbito do PAR e do PDDE para priorização das ações voltadas à melhoria e	Módulos do PAR 4 e do PDDE disponíveis para o registro das demandas relacionadas a infraestrutura física	Distribuição dos recursos financeiros para melhoria e expansão da infraestrutura física das escolas no	Obras de melhoria e expansão da infraestrutura da infraestrutura física das escolas com qualidade, segurança e controle

	expansão da infraestrutura física das escolas no âmbito do Compromisso.	no âmbito do Compromisso.	âmbito do Compromisso, com controle e critérios de eficiência.	dos recursos públicos, permitindo a rastreabilidade das informações.
Existência de uma DAGE na estrutura do MEC e disponibilidade de recursos financeiros para infraestrutura pedagógica.	Definição de processos no âmbito do PAR para disponibilização de materiais didáticos suplementares e recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pelas redes de ensino para a implementação dos programas de alfabetização no âmbito do Compromisso.	Módulo do PAR 4 disponível para o registro das demandas relacionadas a infraestrutura pedagógica no âmbito do Compromisso.	Distribuição dos recursos financeiros para melhoria e expansão da infraestrutura pedagógica das escolas no âmbito do Compromisso, com controle e critérios de eficiência.	Elaboração, produção e distribuição de materiais didáticos suplementares e recursos pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pelas redes de ensino para a implementação dos programas de alfabetização com qualidade, segurança e controle dos recursos públicos, permitindo a rastreabilidade das informações.
Existência de uma DAGE na estrutura do MEC e disponibilidade de recursos financeiros no âmbito do PNLD Literário.	Execução do PNLD Literário.	Processo de seleção de livros no âmbito do PNLD Literário disponível para as redes.	Distribuição de livros para instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária nas escolas, no âmbito do Compromisso, com controle e critérios de eficiência.	Livros para instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária nas escolas, com qualidade, segurança e controle dos recursos públicos, permitindo a rastreabilidade das informações.
Disponibilidade financeira para disponibilização de avaliação periódica de leitura, língua portuguesa e matemática para as escolas.	Contratação e disponibilização de sistema para avaliação periódica de leitura, língua portuguesa e matemática, realizada pelas escolas e coordenada pelas redes municipais e estaduais de ensino, com apoio do MEC.	Sistema de avaliação periódica de leitura, língua portuguesa e matemática disponível para todos os entes.	Realização de avaliações periódicas de leitura, língua portuguesa e matemática pelos entes.	Avaliação de leitura, língua portuguesa e matemática ao longo do processo de alfabetização das crianças, realizada com autonomia e segurança pelas escolas, permitindo correções e ajustes durante o processo formativo dos estudantes.
Existência do INEP como autarquia vinculada ao do MEC (recursos humanos qualificados para avaliação da alfabetização).	Estabelecer diretrizes e orientações para que o Saeb e os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma	Orientações elaboradas e publicadas.	Sistemas estaduais de avaliação alinhados às orientações e diretrizes definidas pelo Inep para o SAEB.	Melhoria da qualidade das avaliações estaduais, por meio do alinhamento às matrizes de referências do SAEB, garantindo coerência ao

	complementar no processo de avaliação da qualidade da alfabetização.			conjunto das avaliações realizadas nacionalmente e tornando mais eficiente as ações de monitoramento dos resultados da alfabetização pelos entes.
Disponibilidade financeira dos entes para realização de avaliações estaduais anuais que contemplem e alfabetização e as redes municipais.	Disponibilizar sistema de avaliação estadual anual da alfabetização, contemplando a respectiva rede municipal.	Sistema de avaliação estadual da alfabetização disponível anualmente, inclusive para a respectiva rede municipal.	Realização de avaliação da alfabetização pelos sistemas estaduais, anualmente.	Monitoramento dos resultados da alfabetização com periodicidade anual, permitindo correções e ajustes durante o processo formativo dos estudantes.
Existência do INEP como autarquia vinculada ao do MEC (recursos humanos qualificados para avaliação da alfabetização) e disponibilidade de recursos financeiros para realização do SAEB 2º ano.	Realizar SAEB 2º ano a cada dois anos.	SAEB 2º ano aplicado a cada dois anos.	Realização de avaliação da alfabetização em âmbito nacional, pela União, a cada dois anos.	Garantia de dados oficiais do Estado brasileiro, seguros e confiáveis, a cada dois anos, para avaliação da qualidade da alfabetização ofertada no país.
Existência do INEP como autarquia vinculada ao do MEC (recursos humanos qualificados para avaliação da alfabetização) e disponibilidade de recursos financeiros para realização de pesquisa que defina o que é uma criança alfabetizada.	Realizar pesquisa para definir o que é uma criança alfabetizada.	Pesquisa para definir o que é uma criança alfabetizada realizada.	Definição do padrão associado a habilidades básicas de leitura e de escrita desenvolvidas por um estudante alfabetizado e do ponto de corte na escala do SAEB.	Garantia de dados oficiais do Estado brasileiro, seguros e confiáveis, a cada dois anos, que permitam avaliar o percentual de sucesso e insucesso no processo de alfabetização das crianças, em âmbito nacional.
Disponibilidade de recursos financeiros (no âmbito do MEC, Estados e/ou municípios) para o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas.	Desenho e implementação de estratégias de reconhecimento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização.	Estratégia de reconhecimento de práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização divulgada e implementada.	Práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização reconhecidas, premiadas e disseminadas.	Indução de melhorias nas práticas pedagógicas e de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização.
Existência de uma Dimam na estrutura do MEC (recursos humanos qualificados e voltados especificamente a ações de monitoramento e	Elaboração e execução de plano de monitoramento e avaliação do Compromisso.	Plano de monitoramento e avaliação do Compromisso elaborado, aprovado e executado durante a vigência do programa.	Programa monitorado e avaliado durante toda a sua vigência.	Melhoria do desenho e implementação do programa, com garantia de geração de informações e análises, que levem em consideração os marcadores sociais

avaliação de políticas públicas).				da desigualdade no país e que possibilitem a correção de rumos e redesenho por parte dos gestores do Compromisso.
-----------------------------------	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado, o desenho do compromisso é pautado num modelo lógico que combina insumos de natureza diversa, incluindo não apenas recursos financeiros, mas especialmente pessoal técnico especializado nas estruturas do MEC, para operacionalizar o programa, e capital político para mobilização e engajamento das redes estaduais e municipais para atuação em regime de colaboração, sob a coordenação do MEC.

Os resultados esperados são referências iniciais que serão calibradas durante o processo de implementação do programa, mas a sua definição preliminar é fundamental para nortear a construção deste plano de monitoramento e avaliação do Compromisso.

## 2. Metodologia de Monitoramento e Avaliação do Compromisso

O processo de monitoramento e avaliação do Compromisso tem como objetivo gerar as informações necessárias para verificar o desempenho do Programa, permitindo realizar ajustes ao longo da sua execução. Conforme conceitos trazidos no Guia de análise *ex-ante*, o monitoramento implica “o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política” (BRASIL, 2018a, p. 163). Já a avaliação “envolve julgamento, atribuição de valor e mensuração da política, no sentido de melhorar seus processos de tomada de decisão e ajustar as linhas de intervenção. Trata-se de informação mais aprofundada e detalhada sobre o funcionamento e os efeitos da política” (BRASIL, 2018a, p. 163).

Uma ação qualificada de monitoramento e avaliação pressupõe que os objetivos da política, suas estratégias, processos, insumos, produtos, resultados e impactos tenham sido claramente identificados, e requer ainda que os indicadores para aferir seu desempenho em relação às metas estabelecidas sejam cuidadosamente definidos segundo atributos e propriedades que os tornem confiáveis. Considerando que dificilmente a produção de informações de qualidade e úteis à gestão será fruto de geração espontânea, a ação de monitoramento e avaliação deve deliberadamente compor o desenho da política pública. Nesse sentido, no âmbito da formulação do Compromisso, desde sua origem, foram previstas as ações de monitoramento e avaliação.

## **2.1. Concepção e Escopo do Monitoramento**

O monitoramento da implementação do Compromisso tem o propósito de subsidiar a gestão do Compromisso, em todos os seus cinco eixos (Governança e Gestão da Política de Alfabetização; Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; Melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica; Sistemas de avaliação; e Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas), com informações tempestivas e adequadas para a tomada de decisão.

Para isso, demanda a utilização de um sistema de indicadores diversos, que permita acompanhar o progresso na direção do alcance dos objetivos e metas estabelecidos. Como o Compromisso foi desenhado para atender a todos os entes federados, descartando-se a opção de realização de projeto-piloto, o escopo do monitoramento inclui, desde o início, todos os Estados, DF e municípios do país.

## **2.2. Destinatários e usuários das informações**

As ações e resultados do monitoramento do Compromisso destinam-se prioritariamente aos gestores do MEC envolvidos com a implementação o programa. Deverão servir de insumos também ao Comitê Estratégico Nacional do Compromisso – Cenac e à Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – Renalfa, contribuindo para as ações de governança do programa junto aos entes federados participantes do Compromisso.

Os resultados poderão ser utilizados ainda pelos demais órgãos do Poder Executivo, além do Poder Legislativo e órgãos de controle, pesquisadores interessados no tema e a sociedade civil, em geral, contribuindo para a promoção da transparência e da publicidade do Compromisso.

## **2.3. Indicadores de Monitoramento**

O monitoramento deve apoiar-se no uso de indicadores cuja informação permita aos gestores atuar ainda dentro de um ciclo de execução do Programa. Na elaboração do plano de monitoramento, o Guia Prático de Análise *ex-ante* recomenda que, para cada indicador, deve-se especificar: i) a fase do modelo lógico à qual o indicador está associado; ii) a descrição do indicador; iii) a frequência da coleta; iv) o órgão responsável pela coleta; v) o valor de linha de

base sempre que pertinente; vi) a meta para o período em questão; e vii) o valor realizado para o período.

Algumas classificações de indicadores adotadas pelo Guia de Análise *ex-ante* serão utilizadas para apresentação do sistema de indicadores proposto para o Compromisso. Primeiro, a divisão entre indicadores de insumo, indicadores de produto e indicadores de resultados.

- Indicadores de insumo: utilizados para averiguar em que medida a política conta com o que precisa para ser posta em prática e até que ponto os recursos estão sendo bem utilizados.
- Indicadores de produto: fornecem elementos a serem considerados para eventuais ajustes na implementação, revelando problemas nos insumos, nas atividades ou, o que é mais grave, na teoria do programa quando insumos e atividades, mesmo quando bem providos e organizados, não conseguem proporcionar as entregas mínimas esperadas.
- Indicadores de resultados: atestam em que medida as metas e os objetivos finais da política estão sendo alcançados (BRASIL, 2018a).

Ainda segundo o Guia, é possível construir indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, assim definidos.

- Indicadores de eficiência: dizem em que medida os recursos utilizados para gerar um produto estão sendo otimizados ou desperdiçados, seja por falha nos insumos seja nos processos.
- Indicadores de eficácia: demonstram se os produtos foram entregues no prazo fixado.
- Indicadores de efetividade: dizem se os resultados mais importantes da política estão acontecendo, e em que prazo (BRASIL, 2018a).

A definição do sistema de indicadores durante a elaboração *ex-ante*, por meio de um modelo lógico, traz a vantagem de permitir o planejamento dos dados necessários ao monitoramento e à avaliação. Isso é especialmente importante no âmbito do Compromisso, um programa nascente, cuja implementação depende da construção de sistemas específicos, incluindo módulo no SIMEC, plataforma de avaliações formativas, ambiente virtual de aprendizagem para as ações de gestão e formação dos articuladores, dentre outros. A possibilidade de planejar indicadores ao tempo em que as regras de negócio e requisitos dos sistemas a serem utilizados para operacionalização do Compromisso são definidos, favorecem a modelagem dos dados em formato aderente ao sistema de indicadores para o monitoramento.

No entanto, a decisão sobre quais e quantos indicadores serão necessários para a verificação de todos os níveis de objetivos do programa não é tarefa trivial. A definição precisa ser equilibrada e parcimoniosa, pois os indicadores devem atender a critérios de especificidade,

mensuração, relevância e, ao mesmo tempo, refletir metas realizáveis, com periodicidade definida.

Tudo isso exige o conhecimento aprofundado do negócio, da forma como cada atividade prevista será desenvolvida durante a etapa de implementação, dos sistemas computacionais envolvidos, dos custos de obtenção de tais dados e informações e dos prazos estabelecidos. Assim, a definição detalhada de cada indicador, suas fontes, os meios e frequência de coleta de dados dos indicadores estão sendo construídos de maneira dialogada ao longo do processo de execução do Compromisso, junto às equipes de implementação. Por conta disso, neste plano de monitoramento, apresentaremos uma visão mais geral da estrutura de indicadores que deve compor o sistema de monitoramento do Compromisso, conforme Quadro 6.

#### QUADRO 6

##### ESTRUTURA GERAL DO SISTEMA DE INDICADORES DO COMPROMISSO

EIXOS	INDICADORES	FONTE
<b>INDICADORES DE PRODUTO</b>		
Governança e Gestão da Política de Alfabetização	Nº de adesões ao Programa.	SIMEC
	Nº de políticas de alfabetização aprovadas pelo MEC.	
	Nº de adesões às políticas estaduais.	
	Nº de planos de ações cadastrados pelos entes.	AVA-MEC
	Indicadores de participação na Renalfa.	
	Indicadores de formação de articuladores da Renalfa.	
	Valores financeiros empenhados com ações de governança e gestão.	SIMEC/SIGEFE
Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar	Nº de ações de formação elaboradas pelos entes.	SIMEC
	Nº de formações continuadas de professores realizadas.	
	Nº de formações continuadas de gestores escolares realizadas.	
		Valores financeiros empenhados com ações de formação.
Melhoria e qualificação da infraestrutura física e pedagógica	Número de escolas com banheiro. Número de escolas com banheiro adequado à educação infantil. Número de escolas com água potável para consumo humano. Número de escolas com abastecimento de água. Número de escolas com energia elétrica. Número de escolas com esgotamento sanitário. Número de escolas com biblioteca. Número de escolas com sala de leitura. Número de escolas com sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Número de escolas com sala/ateliê de arte. Número de escolas com sala de música/coral. Número de escolas com sala/estúdio de dança. Número de escolas com sala multiuso (Arte/Música/Dança). Número de escolas com parque infantil. Número de escolas com quadra de esportes (coberta). Número de escolas com quadra de esportes (descoberta). Número de escolas com brinquedos para a educação infantil. Número de escolas com acesso à internet. Número de escolas com acesso à internet para uso no processo de ensino-aprendizagem.	Censo Escolar Inep

	Número de escolas com acesso à internet para uso dos alunos.	SIMEC
	Número de livros literários distribuídos (PNLD-Literário).	
	Indicadores de infraestrutura para construção de espaços de leitura demandados e distribuídos (PDDE).	
	Indicadores de infraestrutura demandados e executados.	
	Indicadores de materiais pedagógicos suplementares demandados e distribuídos.	
	Valores financeiros empenhados com ações de infraestrutura.	
Sistemas de avaliação	Indicadores de uso das avaliações formativas oferecidas com o apoio do MEC.	Plataforma de Avaliações Formativas
	Indicadores referentes aos sistemas estaduais de avaliação.	Pesquisas
	Valores financeiros empenhados com ações de avaliação.	SIMEC
Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas	Indicadores relacionados à premiação - a definir.	SIMEC
	Valores financeiros empenhados com ações de reconhecimento de boas práticas.	SIMEC
<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>		
Indicadores de Resultado	Percentual de crianças alfabetizadas.	SAEB - Inep
	Indicadores de desempenho no SAEB 2º ano.	SAEB - Inep
	Indicadores de desempenho no SAEB 5º ano.	SAEB - Inep
	Taxa de distorção idade-série.	Inep
	Indicadores de trajetória (insucesso).	Inep

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que, no caso do Compromisso, considerando que os insumos estão relacionados principalmente à força de trabalho presente na própria estrutura do MEC e ao orçamento disponível para o programa, optou-se por concentrar os esforços do monitoramento nos indicadores de produtos e de resultado.

Foram previstos indicadores de produto para cada eixo do programa, de modo a monitorar como as atividades previstas irão se materializar ao longo do processo de implementação. Os indicadores de produto deverão permitir analisar tanto aspectos de eficiência quanto de eficácia do programa, na etapa de avaliação do Compromisso.

Os indicadores de resultado estão diretamente ligados aos objetivos do programa e devem permitir monitorar os resultados de aprendizagem obtidos pelas redes no SAEB. Para monitorar os resultados da alfabetização ao final do 2º ano, relacionado ao primeiro objetivo do programa, será utilizado o SAEB 2º ano. Para monitorar a recuperação das aprendizagens, segundo objetivo do programa, será utilizado o SAEB 5º ano. Adicionalmente, foram incluídos indicadores de trajetória dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental (aprovação, repetência e abandono), tendo em vista que resultados de sucesso e insucesso na trajetória de escolarização dos estudantes deverão ser impactados pela melhoria dos processos de alfabetização.

Por fim, o monitoramento deve levar em conta os marcadores sociais que caracterizam as desigualdades presentes no Brasil. Para isso, tanto o monitoramento dos produtos quanto dos resultados, observará se ocorre a promoção da equidade educacional, considerando

características territoriais, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, e de populações específicas, dentre outras, de modo a evidenciar também se as ações empreendidas reproduzem desigualdades.

#### 2.4. A Avaliação do Compromisso

O Guia Prático de Análise *ex-post* classifica as avaliações em executiva e específicas. Dentre as específicas, estão a Análise de Diagnóstico do Problema; a Avaliação de Desenho; a Avaliação de Implementação; a Avaliação de Governança da Política Pública; a Avaliação de Resultados; a Avaliação de Impacto; a Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social; e a Análise de Eficiência (BRASIL, 2018b). Uma breve descrição de cada um dos tipos de avaliação é apresentada a seguir:

- Avaliação Executiva: permite estabelecer o panorama geral acerca de determinada política pública, o que possibilita que, ao final do processo, haja a identificação clara de pontos de aprimoramento na execução da política, bem como a necessidade de eventual avaliação mais aprofundada de tópicos específicos. Para incidir tempestivamente na implementação da política, a avaliação executiva é uma abordagem mais rápida, realizada em um período de quatro a seis meses.
- Análise de Diagnóstico do Problema: Feita na etapa de execução da política pública, tem como finalidade assegurar que o diagnóstico que ensejou a criação dessa política estava correto e verificar se tal percepção se mantém atual. A partir disso, pode-se justificar a continuidade da intervenção ou o seu encerramento, bem como fundamentar outras alterações que sejam avaliadas como pertinentes na intervenção em foco.
- Avaliação de Desenho: engloba a análise da teoria do programa, verificando a sua consistência e lógica, ou coerência interna. Trata-se de um processo analítico para identificar a existência de erros ou falhas no desenho e propor mudanças a fim de superá-los.
- Avaliação de Implementação: contempla o levantamento e a descrição dos diferentes processos envolvidos na execução da política pública, necessários para a transformação dos insumos nos produtos a serem entregues para a sociedade. Tem como objetivos verificar a correspondência do executado com o que está pactuado, ou seja, verificar se a execução está ocorrendo conforme o desenho; e definir subprocessos que não estão regulamentados no nível macro do desenho da política. Permite ainda avaliar se os recursos são geridos de forma econômica e eficiente e se os produtos são entregues com a qualidade, na quantidade e na tempestividade adequadas aos beneficiários previamente definidos. Também é objetivo desse tipo de avaliação compreender o que está ou não dando certo, quais grupos conseguem obter o produto esperado e sob que circunstâncias isso ocorre, oportunizando a implementação de melhorias ou de aprimoramentos na política avaliada.
- Avaliação de Governança da Política Pública: é recomendada para todas as políticas públicas, sendo indispensável naquelas implementadas por redes de políticas públicas, como as políticas que envolvem uma pluralidade de atores governamentais

e da sociedade civil (por exemplo, políticas de saúde, de educação e o Programa Bolsa Família – PBF); as políticas transversais, que envolvem mais de um órgão (por exemplo, uma política de recursos hídricos, que envolve secretarias das áreas de meio ambiente, de infraestrutura urbana e de obras); e as políticas que abarcam mais de uma esfera governamental (por exemplo, uma política federal com execução estadual ou municipal).

- **Avaliação de Resultados:** Estuda de forma exploratória os indicadores de resultados e impactos esperados com a política. Trata-se de metodologias quantitativas e qualitativas que verificam a evolução dos indicadores disponíveis, ou que estabelecem métodos de coleta de informações junto aos usuários ou aos envolvidos como um todo na execução da política pública. O cumprimento das metas da política pode ser discutido em uma avaliação de resultados a partir do mapeamento de fatores que o favoreceram ou o desfavoreceram. O levantamento do nível de satisfação dos usuários ou das possibilidades de aprimorar os resultados da política pode ser realizado, por meio de aplicação de entrevistas com amostra de beneficiários ou com grupos focais, como será visto neste capítulo.
- **Avaliação de Impacto:** busca quantificar os efeitos causais da política, verificando se de fato a política está gerando os resultados e impactos esperados, conforme definido no âmbito da política em seus normativos e no seu modelo lógico.
- **Avaliação Econômica ou Retorno Econômico e Social:** tem como objetivo analisar a relação custo-benefício da política, avaliando se, do ponto de vista econômico e social, os benefícios superam os custos. É recomendada quando for necessário comparar diferentes projetos entre si e avaliar se um deles gerou um retorno suficiente que apoie sua execução.
- **Análise de Eficiência:** adiciona um novo elemento à avaliação de uma dada política, que é o total de recursos despendidos na sua oferta, analisando a relação entre insumos e produtos utilizados na elaboração de um bem ou serviço. É recomendada principalmente quando deseja-se avaliar se a política entrega o que se propõe ao menor custo possível; e quando busca-se encontrar os determinantes da ineficiência (BRASIL, 2018b).

A escolha de um ou mais tipos de avaliação depende das características específicas de cada política, dos objetivos pretendidos e da capacidade estatal para realização da avaliação. Considerando esses três fatores, algumas considerações são feitas a seguir, para justificar as opções de avaliação sugeridas no âmbito do Compromisso.

O Compromisso parte de um diagnóstico do problema bastante robusto, para o qual há indicadores de resultado oficiais e confiáveis, visto que produzidos pelo Inep, uma instituição do Estado brasileiro com reconhecida expertise na avaliação de desempenho da educação básica, por meio da aplicação de testes de larga escala. Os resultados das últimas edições do SAEB 2º ano são inequívocos na constatação de que o Brasil enfrenta problemas para alfabetizar suas crianças. Por isso, entendemos que análises de diagnóstico do problema não trariam grande benefício para a avaliação do Compromisso.

O desenho do Programa propõe uma intervenção estatal multidimensional para o enfrentamento do problema da alfabetização de crianças no Brasil, agrupando estratégias de ação em torno de eixos diversificados. Tais eixos apostam na melhoria das condições de infraestrutura física e pedagógica das escolas que ofertam as etapas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, na formação de professores(as) para o processo de alfabetização, mas também de gestores escolares atuantes nestas etapas, e ainda no aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação existentes no Brasil, buscando maior integração entre avaliações formativas, realizadas no âmbito das escolas, avaliações estaduais e o próprio SAEB.

Ainda que tais apostas não se refletissem em melhoria dos resultados da alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental, tais melhorias em si já se constituiriam em resultados concretos para a garantia do direito à qualidade das condições de oferta da educação básica às crianças brasileiras, direito previsto na Constituição de 88 e na LDB. Neste sentido, a avaliação de implementação é bastante adequada para verificar o cumprimento daquilo que foi planejado, considerando aspectos de cobertura das ações do programa e critérios de eficiência e equidade na distribuição dos recursos. Tal tipo de avaliação se beneficiaria do conjunto de indicadores de produto utilizados no monitoramento do programa.

Além disso, o Compromisso busca o fortalecimento do regime de colaboração entre União, Estados e DF e municípios, assumindo que a alfabetização de crianças, apesar de estar, predominantemente sob a responsabilidade das redes municipais, é um assunto de todos os níveis de governo, inclusive dos estados nos quais os municípios se localizam. Isso implica assumir que, ainda que a rede estadual não possua sequer uma escola de anos iniciais do ensino fundamental, o estado estará envolvido na melhoria da qualidade da oferta desta etapa em todos os seus municípios. Por isso, o Programa aposta num eixo específico de gestão e governança, adotando um modelo de rede que pretende engajar todos os(as) secretários(as) estaduais e municipais de educação, além de mobilizar milhares de articuladores de gestão, formação e mobilização, localizados em todos os estados e municípios do país. Entende-se, portanto, que uma avaliação de governança seria importante para conhecer os desafios encontrados na atuação dos Comitês Nacional e Estaduais, bem como na atuação da Renalfa, permitindo identificar necessidades de ajustes nos papéis desempenhados pelos diversos atores na rede.

Por fim, o maior resultado esperado do Compromisso é, sem dúvida, a alfabetização de 100% das crianças das redes públicas ao final do 2º ano do ensino fundamental. Tendo em vista que a implementação do programa é para toda a população-alvo existente, entende-se que a avaliação de resultados é a mais adequada para o Compromisso. Uma avaliação de impacto teria

o problema de não ser possível estabelecer o contrafactual, ou seja, aquela população com características semelhantes que não foram beneficiadas pela política. Estabelecer grupos de teste e controle, *a priori*, para se tentar isolar o efeito do Compromisso sobre os resultados da alfabetização, além de se constituir num enorme desafio estatístico, incorreria em graves questões éticas, por excluir do Programa populações de crianças que dele se beneficiariam. Por isso, descarta-se a possibilidade de uma avaliação de impacto para o Compromisso.

A avaliação de resultados consideraria assim os resultados do SAEB 2º ano, já utilizados para monitoramento do objetivo principal do Programa. Cabe destacar, no entanto, algumas características que devem ser levadas em consideração na utilização desse indicador: sua periodicidade bianual, a aplicação amostral do exame, o tempo de divulgação dos resultados (após um ano da aplicação) e a lógica temporal em relação ao início do Compromisso. Neste sentido, a realização da avaliação de resultados de alfabetização precisa respeitar o tempo de implementação do Programa, de modo a capturar a possibilidade de suas estratégias de enfrentamento gerarem resultados. Por isso, tal avaliação só deve ser feita a partir dos resultados do SAEB 2025, divulgados em 2026.

Assim como previsto para o monitoramento do programa, as avaliações do Compromisso devem ser realizadas levando em consideração os marcadores sociais que caracterizam as desigualdades presentes no sistema educacional brasileiro. Além de observar como as desigualdades interferem nos resultados alcançados, as avaliações devem considerar em seu escopo se as ações empreendidas no âmbito do Compromisso contribuem para a promoção da equidade.

### 3. Produtos do Monitoramento e Avaliação

Para dar conta do desafio do monitoramento do Compromisso e atender as diversas demandas dos gestores, por dados e informações tempestivas e relevantes, optou-se pela utilização de um conjunto de instrumentos diversos, incluindo um painel de monitoramento, relatórios e boletins de monitoramento.

**Painel de Monitoramento:** ferramenta de Business Intelligence (BI), que permite a utilização de painéis de dados, gráficos e mapas que ajudarão os gestores a ver o que está acontecendo durante a implementação do Programa. O painel será explorado para o tratamento de dados quantitativos em grandes volumes, que se adequam bem a este tipo de ferramenta. Como o Compromisso tem escopo nacional e pretende envolver todos os entes federados, dados que permitam a agregação por diferentes níveis de análise poderão ser explorados. A Figura 1

mostra uma tela do Painel de Monitoramento do Compromisso em desenvolvimento, com dados da adesão dos entes ao Programa.

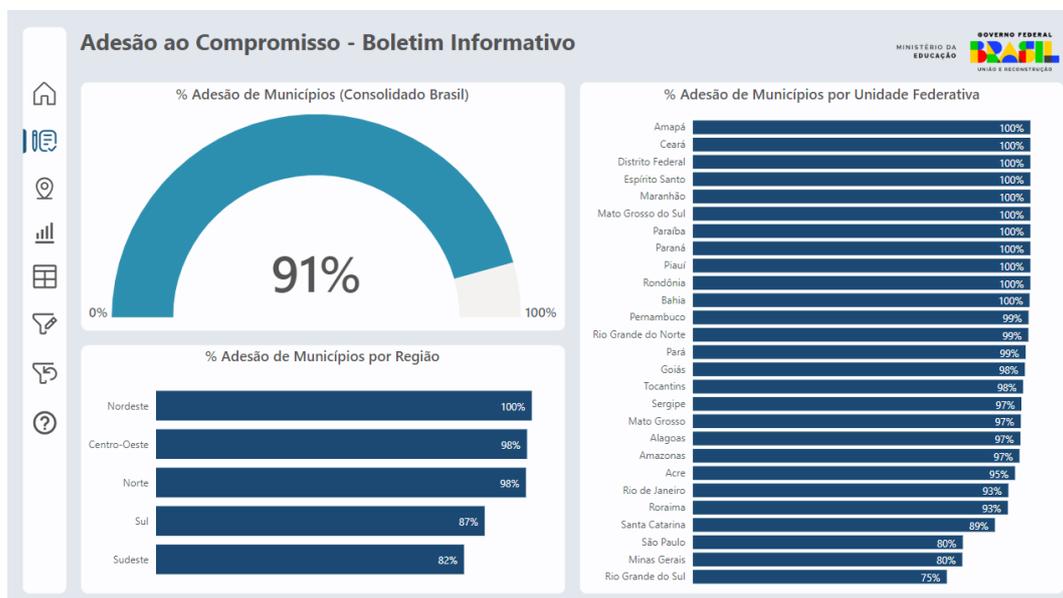


FIGURA 3

### EXEMPLO DE TELA DO PAINEL DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO - ADEÇÃO

Fonte: Painel de Monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

**Relatórios de Monitoramento:** relatórios que apresentarão resultados de estudos e pesquisas produzidos a partir da análise de dados e informações referentes à implementação do Programa. O formato de relatórios deve suprir a demanda pelo tratamento de dados quanti e qualitativos, que nem sempre se adequam a uma ferramenta de BI. Também favorece a construção e apresentação de análises desses dados, que devem revelar informações claras e sucintas, de apoio à decisão por parte dos gestores do Programa.

**Boletins de monitoramento:** pequenos informes que devem apresentar dados e informações sucintas, em geral, referentes a dados de interesse do momento (dados “quentes”), e que podem subsidiar a ação dos gestores, inclusive daqueles responsáveis pela comunicação do Programa. A Figura 2 mostra um exemplo de boletim utilizado para divulgação das adesões.

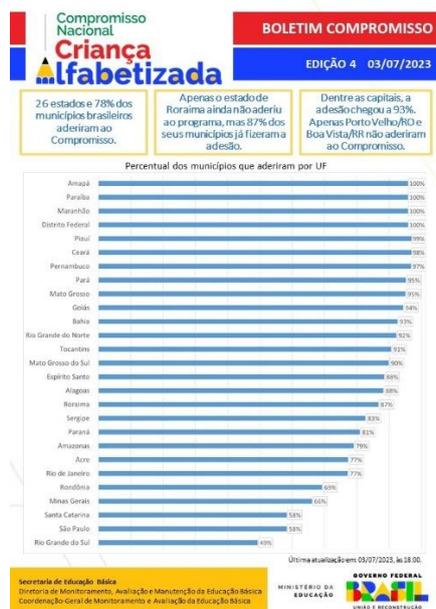


FIGURA 4

#### EXEMPLO DE BOLETIM DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO - ADESÃO

Fonte: Elaboração própria.

Além do monitoramento, está prevista a realização de avaliações do Compromisso, incluindo avaliações da implementação do programa, de governança e de resultados. As avaliações serão desenvolvidas em formato de estudos, contendo obrigatoriamente, introdução, objetivo, metodologia, análise dos resultados e conclusão. O escopo e a metodologia de cada avaliação serão definidos ao longo da implementação do programa.

#### 4. Conclusão

Este documento foi construído com o objetivo de balizar a construção de uma metodologia de monitoramento e avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Para isso, apresenta passos importantes da análise *ex-ante*, incluindo o diagnóstico do problema da alfabetização de crianças no Brasil, a caracterização, o desenho e o modelo lógico do Programa, institucionalizado com a publicação do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

A metodologia proposta para o monitoramento e avaliação do Compromisso pressupõe uma visão não linear do processo de fazer política pública, visto que redesenhada continuamente pelos atores envolvidos e impactados pela política. A aposta no regime de colaboração que marca a construção do programa e de um modelo de governança em rede requerem um monitoramento e uma avaliação dinâmicos, que permitam acompanhar a sua própria dinâmica de execução.

Por isso, neste momento, optou-se pela apresentação de um conjunto geral de indicadores de monitoramento, que serão desenvolvidos e calibrados ao longo da execução do Compromisso. As opções feitas para a avaliação refletem o entendimento de que, além do alcance dos objetivos de alfabetização perseguidos pelo programa, a avaliação deve analisar também como os produtos previstos foram entregues ao longo da sua implementação, bem como o funcionamento da estrutura de governança pensada para o programa.

Os produtos do monitoramento e da avaliação reúnem um conjunto de formatos (painel, relatórios, boletins e estudos) que pretende dar conta da diversidade de dados e informações que serão gerados ao longo da implementação, buscando formas de apresentação que potencializem a análise, tomada de decisão e deliberação por parte dos gestores responsáveis pelo Compromisso, nas três esferas de governo.

Esperamos que as ações de monitoramento e avaliação a serem realizadas a partir desse plano contribuam para a melhor gestão do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, permitindo a correção de rumos ao longo de sua implementação, com vistas à sua eficácia, eficiência e efetividade. Esperamos ainda contribuir para o fortalecimento de uma cultura de avaliação na Administração Pública, com esforços constantes para o bom uso dos recursos públicos e para a melhoria dos produtos e serviços entregues à sociedade brasileira.

## Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/Presidência da República. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1. Brasília, Ipea, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>>

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) [et al]. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2. Casa Civil da Presidência da República [et al]. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Apresentação da Coletiva de Imprensa, SEAB 2021. Brasília, DF: Inep, 2022a. Disponível em: <apresentacao\_saeb\_2021.pdf (inep.gov.br)>. Acesso em: 19 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Apresentação Alfabetiza Brasil | Diretrizes para uma política nacional de avaliação da alfabetização das crianças. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/alfabetiza\\_brasil/apresentacao\\_resultados.pdf](https://download.inep.gov.br/alfabetiza_brasil/apresentacao_resultados.pdf)>

\_\_\_\_\_. Avaliação Nacional da Alfabetização: documento básico. Brasília, DF: Inep, 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria Inep nº 366, de 29 de abril de 2019. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jul. 2012.